

ACH 3778 - GOVERNO ABERTO

Semana 04 – 3 de maio de 2021

Profa. Gisele S. Craveiro

NOME: João Marcelo Rossetto Fernandes da Silva

CURSO: Sistemas de Informação

N USP: 9277833

PERÍODO: Noturno

1. Escolha um dos capítulos da Parte II (Caps. 17 a 23) do livro State of Open Data para ler e discutir os seguintes pontos:

- Quais são as principais barreiras encontradas para abertura ou utilização de dados governamentais abertos que o capítulo escolhido apresenta ?

No capítulo de Privacidade, da seção 02 do livro, no que tange a barreiras para o cenário da utilização de dados governamentais abertos, inicialmente fica claro que privacidade é um tópico primordial a ser discutido quando se trata de dados abertos. Há uma busca pela definição do que é privacidade. De maneira universal, a definição do que deve ser privado e o que não, é aberta. Há países que têm leis diferentes, abordagens diferentes e por vezes, a caracterizam como um direito, sendo esse o direito individual de ter controle de suas informações. Essa dificuldade em encontrar uma definição se relaciona diretamente com a constante busca por um equilíbrio entre privacidade e transparência. Essa discussão, que acontece antes mesmo dos cenários da rede mundial de computadores, é bastante particular ao contexto que lhe é inserido. Alguns países podem entender que é necessário abrir mão de alguma privacidade para atingir uma maior transparência, visando reprimir corrupção, por exemplo. Já em outros, a busca por privacidade é um bem maior a ser atingido, visando uma "proteção" de minorias, por exemplo, e ao ser amparada legalmente, a liberação de dados é complexa. Este é um pano de fundo que mostra um dos desafios para a universalização e interoperabilidade de sistemas com dados públicos, uma vez que alguns países podem demandar maior privacidade que outros, o que faz com que sistemas não sejam totalmente integrados, ou então, facilmente integráveis.

Muito desta discussão se dá acerca do que são dados pessoais. Apesar de existirem exemplos claros, como nome e números de documentos (RG e CPF, por exemplo), um cenário atual que conta com uma forte crescente na liberação de dados de diversas fontes e de análises voltadas para tal, direcionar atenção ao Big Data é extremamente importante. Dados antes considerados públicos e anônimos, passam a ser abordados de uma maneira diferente, uma vez que a grande disponibilidade de dados, de fontes alternativas, pode permitir a chamada reidentificação dos dados. Através do cruzamento de diferentes bases, por vezes anônimas, é possível encontrar

novamente dados sobre um indivíduo especificamente. Dessa forma, como se determina o que é um dado passível de um cruzamento de dados e o que pode ser disponibilizado? O que são dados pessoais e o que não é? Essas querelas trazem luz à uma nova questão a ser abordada que é desprender esforços e recursos para ter definições acerca de riscos de privacidade. Um governo deve, visando proteger a privacidade de seus cidadãos, criar dispositivos que assegurem a anonimização de informações pessoais, por exemplo. Além disso, embora muitas discussões sobre abertura de dados sejam recentes, definições acerca de privacidade podem ter sido tomadas antes da introdução massiva da tecnologia e deixam de fazer sentido uma vez que dados estão muito mais expostos e acessíveis do que anteriormente. Deste modo fica claro, que além de uma preocupação com a situação atual da transparência, se faz necessário rever decisões e leis ultrapassadas e manter um constante esforço para mantê-las adequadas ao contexto atual. Esses esforços, contudo, podem não se adequar à uma situação nacional, o que torna mais fácil apenas tornar mais escassas as informações sendo abertas pelo governo.

Entende-se que os dados mais “valiosos” para análise são aqueles que relacionam cidadãos e indivíduos ao seu consumo de serviços públicos. Dessa forma, apenas excluir bases de dados com informações pessoais ou aplicar anonimização muito intensa, pode reduzir a qualidade da informação sendo disponibilizada para uso público e conseqüentemente, trazer menos benefícios à população e ao próprio governo.

- Quais são as perspectivas para o cenário?

Conforme apresentado anteriormente, a crescente no cenário de Big Data, com a intensificação da Internet das Coisas e Cidades Inteligentes, aliado à uma intensificação das discussões sobre governo e dados abertos, fica ainda mais evidente que o volume de dados e suas fontes tendem a crescer. Dessa forma, a preocupação com a privacidade, com cruzamento de dados de diversas fontes e com anonimização se tornam ainda mais cruciais para atender adequadamente às necessidades de uma população. Essa mesma situação pode colocar em jogo a disponibilidade de dados, uma vez que governos podem simplesmente reduzir a informação disponível aos cidadãos, visando se proteger legalmente e estruturalmente.

Contudo, essas discussões têm sido mais constantes nos mais diversos âmbitos, como acadêmico, governamental e comercial. Assim, é possível que as técnicas, ferramentas e mecanismos atuais, como randomização e anonimização, possam evoluir e ajudar os governos nas questões referentes à privacidade e a transparência, tornando possível também uma maior interoperabilidade entre sistemas de diferentes contextos e países. Imaginando também um cenário que conte com certo nível de transparência e colaboração popular, é possível que através da liberdade no uso de dados, surjam inovações e modelos de divulgação de dados e informações inovadores que auxiliem nas questões anteriormente discutidas.

Com o avanço da cultura livre e da discussão sobre licenças, é possível que, em um contexto sistêmico, aplicar licenças específicas aos dados traga maior proteção legal contra usos indevidos de uma certa base de dados, uma

vez que o governo tenha capacidade de rastrear os seus usos e tenha artifícios legais para punir os que infringirem as licenças.